# A (GEOGRAFIA DA) SOCIEDADE DO TRABALHO

# WORKING SOCIETY GEOGRAPHY

# LA GEOGRAFÍA DE LA SOCIEDAD DEL TRABAJO

RUY MOREIRA[1]

**Resumo:** A sociedade do trabalho é a ossatura da sociedade capitalista. Este artigo é uma análise do seu conceito e do debate que vincula seu momento histórico e indaga sobre a permanência da centralidade do trabalho, na conjuntura atual.

**Palavras-chaves**: trabalho, centralidade do trabalho e sociedade do trabalho.

**Abstract**: The working society its concept, crisis and future are de theme of this text. The current debate about conceptions and work teories are analysed and compared with historical position.

**Key words:** Work, work teories and working society.

**Resumen**: La sociedad del trabajo es la basis structural de la sociedad capitalista. Su concepto y las afirmaciones que la condenam a una crisis agónica y desaparecimiento com la globalización es el tema deste texto.

**Palabras clave:** Trabajo, centralidad del trabajo y sociedad del trabajo.

## INTRODUÇÃO

A forma como as sociedades se estruturam tem relação com o modo como se organiza o processo do trabalho. Toda sociedade é ontologicamente derivada do trabalho, origem genética do conjunto de suas relações. Mas só a sociedade capitalista veio a receber das teorizações a nomenclatura de uma sociedade do trabalho, este termo querendo dizer estruturar-se ela num formato histórico-

1 AGB - Seção Niterói / Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).



Terra-Livre-40.indd 131 23/07/2014 18:04:07

concreto da categoria trabalho, o trabalho abstrato, que só nela coexiste e contradita com o trabalho concreto (Offe, 1989; Antunes, 1995; Konig, 1994).

Tal especificidade deriva do caráter duplo que o processo do trabalho adquire, o trabalho concreto e o trabalho abstrato, fruto do duplo caráter que aí também assume o valor, distinguido no valor de uso (o valor produzido pelo trabalho concreto) e no valor de troca (o valor produzido pelo trabalho abstrato). Caracteristicamente, assim, o trabalho existe de modo fragmentário, com o capital assumindo o lugar ontológico de significação e integralidade do todo.

## O CONCEITO

O combinado estrutural dos duplos abstrato-concreto e uso-troca que o define é o efeito da desagregação da sociedade feudal pelo desenvolvimento da relação de mercado que proveio do aparecimento da renda em dinheiro. Este aparecimento acelerou o movimento das trocas e levou os duplos da forma do trabalho e do valor a estabelecerem-se como base estrutural do sistema capitalista em emergência. Isto porque, com sua função de mediação geral, a renda em dinheiro fez surgir o mercado de terra (a terra foi transformada de bem imóvel em bem móvel), o mercado de dinheiro (o dinheiro foi transformado de meio de troca em meio de acumulação de riqueza) e o mercado de força de trabalho (a força de trabalho foi transformada em mercadoria), cujo efeito direto foi o deslocamento da relação de mercado para o centro sistêmico da sociedade em formação, combinando terra e trabalho numa forma de relação homem-natureza até então historicamente inexistente.

A sociedade do trabalho é essa forma historicamente específica de sociabilidade. Uma forma de contextualidade estruturalmente montada no processo de venda-compra da força de trabalho que leva a população a demograficamente distinguir-se na fração dedicada às tarefas do trabalho (a classe do trabalho) e na fração dedicada ao mando e domínio do conjunto (a classe que vive da classe do trabalho), fazendo da sociedade uma totalidade que nasce germinativamente do trabalho, mas que nele não tem seu elo societário estruturante, e, sim, a relação determinante do capital.

## O PROCESSO DE FORMAÇÃO

Diferenciam-se, assim, na história, o trabalho ontológico – o trabalho como fonte genética de toda e qualquer forma de sociedade humana – e o trabalho



Terra-Livre-40.indd 132 23/07/2014 18:04:07

histórico-concreto – o trabalho tal como vamos encontrá-lo nas formas sociológicas estruturalmente existentes. Um quadro que se radicaliza nas sociedades de formação capitalista, fruto do modo como esta formação surgiu na história, pela via da chamada acumulação primitiva, a partir das transformações estruturais das sociedades que a antecederam (as sociedades pré-capitalistas), originariamente destacando-se a forma feudal.

A sociedade feudal foi uma forma de sociedade calcada na relação de obrigação. Seu centro geográfico de referência foi o feudo, secundado pelo burgo, numa unidade de domínio que punha senhores e servos numa recíproca dependência de relações de obrigação. Ao servo cabia prover-se e prover ao seu senhor por meio do sobretrabalho, o excedente que gerava na forma da renda fundiária e que repassava para o sustento da classe senhorial (Hubermann, 1978). Ao senhor cabia dar proteção e abrigo ao servo, cuidando das condições gerais, institucionais e militares, que, em tese, lhe garanta justiça e sobrevivência. No período áureo do feudalismo, a relação de servidão estruturou-se à base da renda em trabalho e da renda em produtos, distinguindo-se espacialmente uma e outra em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente: o tempo de trabalho necessário provendo as necessidades de subsistência do servo e o tempo de trabalho excedente provendo a subsistência e modo de vida do seu senhor. Ao redor desta arrumação espacial dividida em duas partes, o todo do feudo ordenava-se em círculos concêntricos, numa combinação de uso individual e uso comunitário que vinha, respectivamente, da relação fundiária do escravismo romano e da relação fundiária comunitário-germânica, cuja síntese histórica seria a origem estrutural do feudalismo. O século X acrescentaria a renda em dinheiro, empreendendo uma grande mudança e reordenamento, cujo resultado foi o surgimento do modo de produção capitalista (Dobb, 1988; Conte, 1979).

A renda em dinheiro teve origem nas necessidades e tensões internas do feudalismo, em geral relacionadas ao crescimento da demanda de excedente do senhor, seja pela ampliação de seus hábitos de consumo, seja pelo aumento contínuo do número de feudos. Este crescimento pôs o senhor e o servo em constante estado de conflito, dentro do feudo, e os senhores entre si, fora dele, com sua intensificação originando um abandono generalizado dos servos de seus feudos e levando a economia feudal a um estado de ruína. A introdução da renda em dinheiro veio para dirimir os efeitos da crise. A renda em dinheiro visava a fazer o servo retornar às atividades do trabalho e da produção, atraído pelas possibilidades de emancipação que vinha com ela. Mas, ao contrário do esperado, se, de um lado, ela reergueu a economia feudal combalida, de outro,



Terra-Livre-40.indd 133 23/07/2014 18:04:08

a levou à desagregação que daria origem ao sistema de trabalho e produção do capitalismo. E ao começo da acumulação primitiva.

O fato é que o dinheiro foi se tornando o elo de mediação das relações de todo o sistema do feudalismo, ordenando, nos seus termos, a totalidade dos seus movimentos e vindo, progressiva e profundamente, a criar um cotidiano que, aos poucos, deslocou o mando da vida econômica das mãos dos senhores para as dos comerciantes, transferindo do feudo para o burgo o centro do comando espacial da nova economia que estava se formando.

O ponto dinâmico da mudança foi o movimento crescente das trocas, que ia corroendo por dentro as relações de obrigação dominantes de antes. No âmbito interno do feudo, a renda em trabalho e a renda em produtos foram substituídas pela renda em dinheiro. E, no âmbito externo, a produção se orientou para a venda no mercado. Uma pletora de formas novas de trabalho surgiu em decorrência, dentro do feudo, em substituição à relação de servidão pura, aparecendo a parceria, o arrendamento e o trabalho assalariado, ao lado das sobrevivências do trabalho servil. Mas surgiu, sobretudo, a pequena propriedade domiciliar, numa nova estratificação social de classes.

O elo de integração desta nova relação sistêmica foi a ação do intermediador mercantil, o burguês comerciante que saiu de sua condição mambembe para dar às trocas a forma de uma relação regular de mercado, até então solta, articulando a compra e a venda da produção dispersa da atividade artesanal desempenhada pela produção domiciliar. A produção artesanal era uma atividade, até então, realizada no âmbito do trabalho parcelar, a atividade que o servo desenvolvia dentro do feudo, num desempenho a um só tempo agropastoril e industrial. A possibilidade de libertar-se desta condição, criada pelo surgimento da renda em dinheiro e por ele aproveitada para a compra de sua parcela, converteu-o num camponês livre e organizador de um sistema de economia familiar, integral e autônoma que a intermediação mercantil iria articular em escala unitária de espaço.

O resultado disso foi a criação, no todo da economia em formação, de uma estrutura que combinou, de um lado, uma esfera de produção composta da atividade dispersa da organização artesanal e, de outro, uma esfera de circulação composta da atividade da intermediação mercantil, cujo surgimento e combinação levaram a fórmula M-D-M (da antiga relação de mercado camponesa) a ser ultrapassada pela fórmula D-M-D´ (de mercado do intermediador mercantil) (Marx, 1985).

Se, antes, o camponês ia ao mercado e nele trocava suas sobras de produção pelas sobras dos demais camponeses, numa relação de mercado M-D-M,



Terra-Livre-40.indd 134 23/07/2014 18:04:08

em que mercadoria era trocada por mercadoria, a partir da intermediação do dinheiro, o comerciante comprava seus produtos por um preço e os revendia por um preço mais alto, numa relação D-M-D´, em que era o dinheiro que circulava, a mercadoria servindo apenas de meio de sua reprodução ampliada. A intermediação mercantil sobrepôs-se, assim, à produção camponesa artesanal, subordinando, via controle da esfera da produção pela esfera da circulação, a produção domiciliar ao seu ditame.

O efeito desta hegemonia foi a dissolução progressiva, então, das próprias unidades de produção domiciliar. A orientação da economia domiciliar para o mercado levou o artesanato a ser superado progressivamente pela manufatura como forma de produção industrial, e, nesse passo, a relação autônoma do trabalho familiar a ser superada pela relação assalariada do trabalho manufatureiro.

Concorrente da produção artesanal familiar da economia doméstica, a manufatura moveu forte concorrência também com a produção artesanal das corporações urbanas de ofício. Foi assim que, rejeitada por esta, fortemente organizada em guildas (grandes redes de comércio formadas pela união entre as cidades artesãs), a manufatura viu-se inicialmente obrigada a se localizar nas margens de contato das áreas rurais e urbanas, de um lado, aproveitando a matéria-prima e a força de trabalho fornecidas pelo meio rural, e, de outro, a presença do mercado de consumo do meio urbano. Diferentemente do artesanato familiar, a manufatura foi uma atividade de produção exclusivamente industrial, apoiada na divisão técnica e na relação capital-trabalho. Dispersa espacialmente como o artesanato domiciliar, a manufatura, entretanto, dele se distinguia pela concentração da força de trabalho, dos capitais e da produção num mesmo ponto local (em geral, um galpão alugado pelo intermediador mercantil e transformado em industrial, dentro do qual artesãos, selecionados por suas especialidades, se distribuíam segundo o sincronismo de suas atividades de trabalho). Foi o começo da criação do trabalho abstrato, que, mais à frente, daria na constituição da sociedade do trabalho. A base desta criação foi a instituição da divisão interna e externa do trabalho pela manufatura, pondo o trabalho concreto, o trabalho produtor de valor de uso, a mover-se dentro do trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor de troca, num combinado de trabalho coletivo.

Localizada na interface da cidade (domínio da corporação de ofício) com o espaço rural circundante (domínio da produção domiciliar), na medida em que ganhava expressão de mercado e se desenvolvia, a manufatura lançava seus tentáculos fosse sobre as corporações de ofício, nas cidades, fosse sobre a



Terra-Livre-40.indd 135 23/07/2014 18:04:08

produção domiciliar do mundo rural, transferindo-se e concentrando a atividade industrial na cidade e reduzindo o entorno rural à produção agropastoril. A indústria e a agricultura foram levadas, assim, a separar-se territorialmente, separando em funções econômicas diferentes cidade e campo – esta estrutura segmentada significando o formato espacial da economia em que a divisão do trabalho interna da manufatura encontrava espelho na divisão territorial cidade-campo externa, e cujo resultado seria ganhar, mais à frente, plenitude global com a transformação da manufatura na fábrica, tornando o valor de troca, no parâmetro estrutural total de ordenamento da vida econômica, garantido pela sincronia de movimentos do mercado e da produção industrial.

As formas pré-capitalistas de sociedade, a exemplo da feudal, que está nos servindo de espelho, apoiavam-se no trabalho concreto e no valor de uso. A produção de bens visava ao autoconsumo, uma vez descontado o excedente entregue ao dominante, complementada pelos meios de subsistência e utensílios obtidos pela troca de sobras, todo curso do espaço e do tempo sendo consumido neste mister. Com a transição, este curso espaço-temporal tornou-se o de uma espacialidade diferencial de aldeia, como a designou Lacoste, a caminho da espacialidade diferencial capitalista (Lacoste, 1988).

A densificação da troca mercantil ordenada no circuito D-M-D´, desse modo, tudo rearrumou, em benefício do valor de troca: o trabalho concreto e o valor de uso sendo incorporados a esta lógica, o trabalho concreto fragmentando-se e se intercomplementando no leque das especializações do trabalho abstrato, encarnado na divisão tecnoterritorial do trabalho, e o valor de uso se amoldando ao juízo do jogo da realização do valor no âmbito do consumo no mercado. Invertendo a lógica de antes, foi assim o trabalho abstrato, que então se tornou concreto, balizando o cálculo do valor segundo a média de horas-trabalho gastas pelo trabalhador real em seu tempo de produção coletivo da mercadoria. Foi com base neste custo médio definido pelo trabalho abstrato que os diferentes produtos de diferentes áreas foram comparados em seus custos respectivos, definindo-se o quantum do preço e o termo da troca de cada produto no mercado. E, assim, a taxa do lucro e da reprodução ampliada do capital produtivo investido na atividade da indústria. Foi, pois, no âmbito coletivo e impessoalizado do trabalho abstrato que o conteúdo do valor se definiu, realçando sua principalidade frente ao trabalho concreto, tornado um trabalho parcial e em migalha. Um esquema que se reproduziu, respectivamente, na relação do valor de troca e do valor de uso, ordenado na principalidade do primeiro.

Nas sociedades pré-capitalistas, em que as realizações da relação econômica se passavam sem a mediação necessária da troca mercantil, a exemplo da so-



Terra-Livre-40.indd 136 23/07/2014 18:04:08

ciedade feudal, era o trabalho concreto, direto e personalizado, que importava. Cada camponês-artesão dedicava-se à produção de valores de uso, sendo esta forma-valor que orientava as trocas e definia a forma de importância real do trabalho, a centralidade pondo-se à base do trabalho concreto de cada produtor real. Com elas contrastavam as condições de vida real de produção da sociedade capitalista; cada trabalho concreto, individual e pessoalizado dissolvendo-se na fragmentaridade parcial e parcelar do movimento especializado do processo produtivo; tudo se potencializando no trabalho coletivo da divisão técnica do trabalho; o trabalho concreto, assim dissolvendo-se no télos do caráter total, impessoal e genérico do trabalho abstrato.

A manufatura foi o ponto de começo do processo instituinte dessa economia política abstrativada do trabalho no valor de troca, seu momento embrionário mais claro. A forma de trabalho que implantou foi já a da relação capital-trabalho e da divisão técnica de trabalho, entronizada às movimentações externas pelo sincronismo da esfera do mercado. A cadeia integrada dos trabalhos concretos dos artesãos, que o mercador-manufatureiro articulava num só movimento produtivo dentro do seu prédio, era já o embrião da centralidade do trabalho abstrato. A centração do circuito de compra e venda na esfera do mercado era já o embrião da centralidade do valor de troca. A forma de excedente ali produzida era já o embrião da mais-valia operária. E o valor realizado no movimento de compra-e-venda do produto era já o embrião do lucro industrial capitalista. Por fim, o movimento do capital-dinheiro ali investido, num ciclo repetitivo de reprodutibilidade intensiva, era já o processo de acumulação do capital industrial. Eram relações que, no entanto, só se plenificaram no andamento do processo evolutivo, já que a manufatura pertencia ainda à fase da acumulação primitiva.

O trabalhador artesão que se deslocava de sua unidade de produção domiciliar para trabalhar como assalariado na manufatura não era ainda, a rigor, um proletário propriamente dito. Seus hábitos de tempo-espaço eram ainda os do artesão rural-familiar e contrastavam com as regras rígidas do trabalho industrial que iriam instituir-se com a transformação da manufatura na fábrica. Mas o tempo da manufatura era já o tempo cronométrico do relógio, do número fixo de horas de atividade dentro do prédio e da regularidade diária do exercício do trabalho. E o espaço era o encadeado sincrônico dos movimentos corporais de cada um e do conjunto dos artesãos, articulados num todo uníssono de realização das partes de trabalho que a cada qual cabia individualmente no encadeamento produtivo. Eram tempo e espaço distintos do tempo-espaço solto e de vinculação sazonal do trabalho domiciliar-campesino do artesão.



Terra-Livre-40.indd 137 23/07/2014 18:04:08

Daí seu conflito constante com a regra da regularidade do trabalho cronometricamente disciplinado da manufatura, e a necessidade desta de recrutá-lo nas suas normas – tarefa praticamente impossível para com as primeiras gerações de artesãos que se deslocavam para o trabalho diário da manufatura, interligados, ainda simultaneamente, aos cotidianos do trabalho manufatureiro e ao trabalho domiciliar. Cotidianos que conflitavam, sobretudo, nos tempos de safra na unidade familiar, quando os artesãos se desligavam do trabalho manufatureiro para ocuparem-se integralmente à faina familiar do trabalho domiciliar. Cotidianos que, só com a sucessão das gerações de trabalhadores e a consolidação e espraiamento da manufatura, iriam se dissolver num só, integrados na cultura de tempo e de espaço uniforme da manufatura (Thompson, 1998; George, 1968).

E a integração crescente da regularidade de mercado que levaria esta cultura de espaço-tempo da manufatura a extrapolar para o âmbito amplo da sociedade, transformando-se em valores e hábitos da cidade e, daí progressivamente, do campo. E esta cultura urbana que então se instituía foi justamente a argamassa da disciplinaridade uniforme de momentos de tempo e espaço que, ao desenvolver-se e generalizar sua espacialidade, iria basificar-se como a cultura da sociedade do trabalho.

Quando, em seu estágio mais avançado de desenvolvimento (o do sistema de maquinismo), a manufatura desembocou na Revolução Industrial, e esta, por sua vez, na fábrica, a fase da acumulação primitiva, por fim, se completou. Houve uma unidade de hábitos de trabalho, da cultura de cotidiano, do sistema técnico e do ordenamento correlato de organização de espaço. E sobre ela, então, o capitalismo se implantou, com sua base de sociedade do trabalho.

A sociedade do trabalho, conhecendo já todos os seus atributos constitutivos – trabalho assalariado, compra-venda de força de trabalho, divisão técnica do trabalho abstrato, produção regular de mais-valia operária e centralidade estrutural e simbólica do valor de troca –, entrou na fase conhecida por etapa da subsunção real dos processos produtivos. Seu pressuposto era uma estrutura de relação de esfera da produção e esfera da circulação plenamente constituída; a esfera da produção confundindo-se e concentrando-se fortemente no âmbito da cidade e impondo, como centro de arrumação da totalidade dos espaços, sua hegemonia à esfera da circulação. A divisão territorial cidade-campo do trabalho expressou esta hegemonia de uma forma clara por meio da dominação que a indústria revolucionada estabeleceu sobre a agricultura, deslocando-a para a função de sua retaguarda, instituindo a base da fase da mais-valia relativa, com que superou a fase da mais-valia absoluta, ainda muito confundida



Terra-Livre-40.indd 138 23/07/2014 18:04:08

com o substrato da acumulação primitiva, embora instauradora da subsunção formal (Marx, 1978).

A mais-valia absoluta foi a forma de excedente que surgiu junto à manufatura. A relação cidade-campo estava ainda se implantando e desenvolvendo. Embora já se apoiasse na relação capital-trabalho, o artesão era ainda um trabalhador domiciliar. Daí que a manufatura tivesse ainda traços do trabalho e das forças produtivas do artesanato, que historicamente superaria, e já apontasse para o universo do trabalho e das forças produtivas da fábrica, que a iria suceder. A jornada de trabalho do artesão era ainda, de certo modo, dividida com a do trabalho domiciliar, ao qual ele voltava diária e sazonalmente, ao lado do labor manufatureiro. E não eram de propriedade da manufatura, mas sim do artesão, tanto as ferramentas quanto o saber fazer que ele utilizava em sua labuta diária. O salário que recebia era encarado por ele e os seus como um complemento de reforço da renda familiar domiciliar. E o dono da manufatura tinha muito ainda do intermediador mercantil de que se originara, com sua acumulação de capital mercantil traduzida em indústria, tornando-se também um capitalista industrial. O esquema do investimento era já o D-M-D´, isto significando um capital-dinheiro (D) que era usado para a compra das mercadorias, objetos de trabalho (matérias-primas) e força de trabalho (capacidade corpórea e intelectual do artesão), que esta força de trabalho transformava em novas mercadorias (M), e cuja venda, por sua vez, a transformava de novo em capital-dinheiro, acrescido de um valor a mais (D´), como lucro. A produção deste valor a mais pelo expediente de alongamento físico puro e simples da jornada ou do movimento corpóreo do trabalhador era a forma absoluta de mais-valia. E era esta a relação excedentária que se tinha, fosse na manufatura ou nas fábricas da primeira revolução industrial, (fábricas assentadas num sistema de maquinismo que pouco diferia ainda do maquinismo manufatureiro de que advinha).

O passo além era a possibilidade técnica de uma relação intensiva da indústria com a agricultura que transferisse os custos industriais para os custos agrícolas, estes rebaixados o mais possível pela baixa do preço da força de trabalho agrícola, com o emprego do trabalho familiar ou pela incorporação de tecnologia avançada importada da própria indústria, sendo que o rebaixamento do custo industrial assim obtido ocorria principalmente no custo da reprodução da força de trabalho operária, via alimentos repassados pela agricultura à indústria a custos de produção agrícola baixos, mediante o que a mais-valia absoluta pudesse ser substituída pela mais-valia relativa (Magaline, 1977). O marco de passagem foi a substituição da tecnologia da primeira pela segunda



Terra-Livre-40.indd 139 23/07/2014 18:04:08

revolução industrial, engendrando um momento novo de arranco de industrialização, que Mandel designou de tecnologia do capitalismo avançado (Mandel, 1983). Tanto quanto o sistema de maquinismo que isto significou (um sistema de alta escala técnica de concentração), importava também uma tecnologia de meios de transferência (transportes, comunicações e redes de transmissão de energia), mediante a qual fosse possível a interação indústria-agricultura e a escala contínua de abrangência territorial que se desejava. Foi justamente esta produção de valor a mais, obtida por meio desta escala de técnica e territorialidade, a forma relativa de mais-valia, cujo efeito conceitual foi alargar a sociedade do trabalho para além do âmbito da indústria, ampliada para o âmbito de implementação do trabalho abstrato, que a capitalização levou a generalizar para o todo das atividades urbanas da cidade, ao mesmo tempo em que para largos tratos de áreas agrícolas e pastoris do campo. E cujo efeito estrutural foi deitar sobre todos esses segmentos de trabalho rural-urbano o significado do mundo do trabalho, inicialmente sinônimo e estrato restrito do mundo da indústria, com o qual mentalmente ainda hoje se confunde.

## OS ELEMENTOS E METAMORFOSES DA SOCIEDADE DO TRABALHO

A sociedade do trabalho foi a ossatura estrutural da sociedade capitalista, que, entretanto, estruturalmente nela se apoiou; foi mais complexa e abrangente que ela. Seu núcleo formador foi, em princípio, o trabalho industrial, âmbito e conteúdo do trabalho abstrato e da forma-valor. E sua *persona* foi o operariado industrial, nesta, portanto, conceitualmente não se incluindo as demais classes de trabalho da economia urbana, concebidas como não produtoras de mais-valia, bem como o campesinato e demais formas sociais do campo.

A cidade moderna se instalou e se consolidou com a espacialidade urbana da indústria, ao tempo que o campo se instalou e se estruturou com a espacialidade rural da atividade agrícola-pastoril. Por isso, por longo tempo, a cidade foi compreendida como o âmbito da geografia operária e o campo como o da geografia camponesa, contextualidades e estruturas de conteúdo que, organizadas por suas formas-valor como dois mundos distintos (a forma-valor da produção e do trabalho do campo era a renda fundiária e a da cidade era a mais-valia operária), se comunicavam com dificuldade e deficientemente, embora interagissem como partes do mesmo eixo formado por uma relação crescente da indústria e da agricultura, segundo a qual a sociedade do trabalho transitava da



Terra-Livre-40.indd 140 23/07/2014 18:04:08

forma absoluta para a forma relativa de mais-valia, interligando estruturalmente o trabalho produtivo do campo agrícola e da cidade industrial.

E foi a inobservância do sentido estrutural desta passagem a origem da limitação espacial que então se estabeleceu para o conceito. No horizonte espacial da mais-valia absoluta, a sociedade do trabalho realmente não foi, a rigor, além dos limites territoriais das cidades, com a cidade concentrando a massa trabalhadora e desempregada nas áreas exíguas dos bairros operário-fabris, de modo que dali extraía seu perfil e limites. Já no horizonte ampliado da mais-valia relativa, a sociedade do trabalho abriu seu horizonte espacial com o assalariamento que, então, surgiu e se generalizou no campo. Cidade e campo seguiram diferindo-se por sua forma-valor de base, mas a sociedade do trabalho ampliou o plano real de sua espacialidade, reordenada estruturalmente por quatro características que lhe acrescentou a relação de mais-valia relativa. Primeira, o trabalho urbano se integralizou, como trabalho produtivo ou como trabalho improdutivo, no âmbito da acumulação capitalista. Segunda, o trabalho e o excedente operário estenderam-se igualmente pela cidade e pelo campo com o alargamento do âmbito geográfico do trabalho assalariado. Terceira, o assalariamento do trabalho rural fundiu, no campo, o que, até então, eram formas-valor distintivas da produção agropastoril do campo e industrial da cidade; a renda fundiária passando a basear-se no preço médio, significando combinar a renda fundiária própria do valor da terra e a mais-valia operária do proletariado rural nela empregada. Quarta, por fim, o trabalho ganhou mobilidade locacional e se territorializou em escala crescente, em formas excedentárias de modalidades as mais distintas, propriedade que o advento da acumulação rentista ainda mais ampliou.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. "Qual crise da sociedade do trabalho?" In: _____. *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora/Editora da Unicamp, 1995.

CONTE, Giuliano. *Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Editora Martins Fontes, 1979.

DOBB, Maurice. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Editora Martins Fontes, 1977.

_____. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.



Terra-Livre-40.indd 141 23/07/2014 18:04:08

GEORGE, Pierre. *A ação do homem*. São Paulo: Difel, 1968.

HOBSBAWN, Eric. "Introdução." In: _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

HUBERMANN, Leo. *A história da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, 14ª. Edição.

KONIG, Helmut. "A crise da sociedade do trabalho e o futuro do trabalho: crítica de um debate atual." In: MARKERT, Werner (org.). *Teorias de educação do iluminismo, conceitos do trabalho e do sujeito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus Editora, 1988.

MAGALINE, A. D. *Luta de classes e desvalorização do capital*. Lisboa: Moraes Editora, 1977.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *O capital – o processo da produção*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1985, volume 1.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

_____. *Capítulo VI* (Inédito). São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1978.

OFFE, Claus. "Trabalho como categoria sociológica fundamental?" In: _____. *Trabalho & sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Volume 1 – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

THOMPSON, E. P. "Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial." In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. *Economia y sociedade*. México: Fondo de Cultura, 1944.



Terra-Livre-40.indd 142 23/07/2014 18:04:08